

Seplan quer que estados paguem Cz\$ 402 bilhões

Brasília — José Varella

BRASÍLIA — O Ministério do Planejamento começou a estudar ontem a contraproposta da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional para rolagem das dívidas externas de estados e municípios, lançadas no Orçamento Geral da União. Os parlamentares propõem que o governo aceite receber Cz\$ 234 bilhões, como opção à proposta apresentada pelo Executivo no fim da semana, de que os pagamentos somem Cz\$ 402 bilhões. A sugestão envolve o recolhimento dos juros da dívida a vencer em 1989 no valor de Cz\$ 153 bilhões e 5% de juros sobre o débito vencido entre 1983 e 1988, ou seja, Cz\$ 81 bilhões.

Embora sustentada pela Comissão de Orçamento, esta proposta ainda não reúnia, ontem, o consenso dos governadores. Orestes Quércia, de São Paulo, e Newton Cardoso de Minas Gerais, discordavam da medida por razões diversas. Quércia, que administra um estado responsável por 50% da dívida geral dos estados para com a União — Cz\$ 5 bilhões — defende a primeira proposta da Comissão, que previa o pagamento de parcelas da dívida a vencer em 1989, totalizando Cz\$ 68 bilhões. O governador Newton Cardoso discorda da proposta, por concentrar o recolhimento maior sobre a dívida a vencer, que tem peso superior na soma dos débitos do estado.

A proposta encaminhada ao governo pela Comissão de Orçamento prevê ainda que o refinanciamento do volume global da dívida vencida, sobre a qual os estados pagarão apenas 5% de juros em 1989 (Cz\$ 81 bilhões), terá um prazo de cinco anos de carência e correção monetária plena. A justificativa dos parlamentares é de que os estados necessitam de cinco anos para ajustar-se aos compromissos financeiros decorrentes da nova fórmula encontrada para pagamento das dívidas. Uma segunda sugestão elaborada pela Comissão, que também poderá ser estudada pelo governo — embora concentre uma maior oposição dos governadores —, é de que os estados recolham os juros da dívida vencida e a vencer, o que representaria uma receita para a União de Cz\$ 306 bilhões.



Almir Gabriel: inaceitável

Dificuldades — A negociação entre governo e a comissão começou a ficar mais difícil no final da tarde de domingo. O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, que autorizara na véspera a bancada governista a desenvolver as negociações em torno de Cz\$ 220 bilhões (receita final da União com o pagamento das dívidas estaduais), orientou os deputados a baterem o martelo em Cz\$ 402 bilhões na reunião de domingo à noite.

Segundo um dos representantes da bancada ligada ao governo, Abreu decidiu jogar mais duro para chegar a uma receita maior. Do lado da comissão, também desvanecia a esperança de se fechar um acordo em torno da proposta de Cz\$ 220 bilhões, com a relutância de Quercia em aceitá-la. Diante do impasse, o governo ameaçou arguir a constitucionalidade do orçamento das operações oficiais de crédito, onde se incluem as

dívidas externas estaduais. A Constituição não prevê a inclusão destas operações no orçamento. Com a arguição de constitucionalidade, o governo conseguiu que fosse negociada caso a caso com os governadores.

Concentração — O relator Almir Gabriel argumenta que a ameaça é inaceitável, na medida em que fragiliza isoladamente os estados, principalmente em ano de sucessão presidencial. Além disso, a soma dos efeitos da Operação Desmonte com a cobrança de Cz\$ 402 bilhões suplantaria, com larga vantagem, os ganhos da reforma tributária e concentraria novamente o poder em Brasília. A proposta inicial do governo — de uma receita de Cz\$ 550 bilhões — provocaria um prejuízo de Cz\$ 300 bilhões para os estados, comparando-se com os efeitos da reforma tributária, afirmou Gabriel.

O senador apontava razões para considerar “estranha” a proposta do governo. Ele está convencido de que o Executivo não conta com todo o dinheiro das dívidas estaduais. Primeiramente porque seria impossível receber o valor orçamentado, passando de uma prática consolidada nos últimos anos pela qual os estados só pagavam 25% da dívida a vencer no exercício (totalizando aproximadamente Cz\$ 103 bilhões) para um pagamento de Cz\$ 550 bilhões sem um trabalho anterior de *amarração* com os governadores.

Outra razão é a existência do que chama de “fórmulas disfarçadas” para contemplar a diferença entre o que propôs e o que realmente o governo vai receber. Ou seja, a definição no orçamento de despesas para corresponder a receita proveniente do pagamento das dívidas estaduais.

Nesse prisma, enquadram-se a cobertura de avais dados pela União a instituições e empresas que, supostamente, não pagarão tais dívidas em 1989, ou a manutenção das despesas de Cz\$ 1,5 trilhão com o pagamento de juros, apesar de ter sido reduzida a emissão de títulos na terceira mensagem orçamentária enviada pelo governo ao Congresso. Gabriel conclui: “O governo quer reduzir seu déficit às custas dos estados.”